

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTES DE SANTOS

81ª Reunião Ordinária

Ao vigésimo segundo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, na sala virtual, com link de acesso pela rede mundial de computadores "meet.google.com/fpg-krjx-snw", teve início a Octogésima Primeira Reunião Ordinária da Comissão Municipal de Transportes de Santos, às 17h12, com a presença dos conselheiros e colaboradores, cuja assinatura consta na lista de presença anexada a esta ata. Participaram da reunião "on-line" os seguintes conselheiros: Rafael Santos de Paula (CMJ) – Presidente da Comissão e os seguintes membros: Alcione de Araújo Simões (CONDEFI), Alfredo de Deus Camaño (SESCON), Aline Cristina da Cunha Silva (SEDURB), Cristiane Zamari Diogo (SEDS), Luzia Helena Antonio Bento Bergamo (SEDUC), Murilo Amado Barletta (CET), Patrícia Azevedo Santos Nascimento (CET) e Roberto de Faria (OAB). Presentes também na reunião, como convidados, Fabiana de Cássia Israel Alves Porto Alegre (CET), Renata Seoufi Fagundes dos Santos (SEDURB) e Walner Hungerbuhler Gomes (CET). Após aguardar o tempo regular, o Sr. Rafael deu início a octogésima primeira reunião ordinária e informou a alteração dos itens de pauta, iniciando pelo item 3 - Situação dos Ônibus tipo "Seletivo" em Santos, em razão do COVID-19 e solicitou ao Dr. Walner a expor para a Comissão, qual a situação jurídica do Contrato com a Viação Guaiuba, quais são os planos e qual o panorama a ser esperado, futuramente. O Dr. Walner explicou que em maio deste ano foi feita a suspensão dos serviços prestados pelo Transporte Seletivo, depois da decretação do estado de calamidade e as conseqüências da pandemia do Coronavirus e com base nas condições técnicas do próprio ônibus que são contrárias às orientações médicas e sanitárias, uma vez que as janelas dos seletivos não podem ser abertas, as portas não podem ser abertas, tem um espaço pequeno de confinamento, sem ventilação natural, o serviço foi suspenso por 90 dias. E quando

33 chegou próximo ao fim da suspensão, em agosto, onde continuava em situação  
34 crítica e foi realizada uma nova suspensão, por 120 dias. Então, atualmente, o  
35 contrato encontra-se suspenso, todavia não se sabe ainda as consequências médicas  
36 e sanitárias que podem acarretar na continuidade ou não da suspensão. E concluiu  
37 que, neste momento, o contrato encontra-se suspenso por 120 dias, a contar de 03  
38 de agosto de 2020. O Sr. Rafael perguntou quais seriam as opções que se colocariam  
39 à frente, em relação ao Contrato. O Dr. Walner respondeu que o Contrato,  
40 atualmente, encontra-se suspenso e essa questão seria mais técnica, tanto da área  
41 técnica operacional da CET, como também da área técnica da saúde e da área  
42 técnica sanitária, então seria complicado fazer uma previsão e errar. E o que for  
43 acontecer em Dezembro, se a situação permanecer a mesma, não vê outra opção do  
44 que continuar a suspensão do serviço. E frisou que além da questão jurídica da  
45 suspensão, existe também a questão técnica operacional analisada. Então, todas as  
46 linhas suspensas estão servidas pelas linhas do transporte coletivo convencional e  
47 com a equipe técnica operacional analisando diariamente o andamento do serviço e,  
48 até o momento, não houve prejuízo na suspensão do transporte público seletivo. O  
49 Sr. Rafael questionou se a suspensão foi feita em comum acordo com a titular do  
50 Contrato. O Dr. Walner respondeu que sim, pois não foi unilateral, embora fosse  
51 possível de ser suspensa unilateralmente, mas foi bilateral e partiu também de  
52 estudos da CET, embora tivessem requisições da Permissionária, até mesmo para  
53 resguardar seus funcionários e o próprio usuário do transporte. O Sr. Murilo  
54 complementou a informação do Dr. Walner, informando que na parte operacional, a  
55 equipe vem acompanhando o sistema coletivo de ônibus convencional diariamente,  
56 linha a linha, principalmente nos horários de "pico" e estão com a oferta maior que a  
57 demanda, atendendo satisfatoriamente onde as linhas do transporte seletivo  
58 atuavam. O Sr. Rafael agradeceu a participação do Dr. Walner e disse que em janeiro  
59 voltará com o questionamento a respeito do Seletivo para verificar como está o  
60 assunto. O Sr. Rafael retornou ao primeiro item de pauta - Apresentação do Plano  
61 Municipal de Mobilidade Urbana e comentou que inicialmente tinha em mente  
62 realizar uma apresentação muito breve a respeito do que é o Plano Municipal de  
63 Mobilidade Urbana, para logo em seguida entrar na parte que iniciaria com a  
64 discussão sobre a elaboração do Plano Municipal de Transporte Público Coletivo, mas

65 foi surpreendido pela SEDURB que já trouxe a apresentação pronta para falar sobre  
66 os dois temas, itens de pauta. Então passou a palavra para a Sra. Aline e Sra. Renata  
67 para apresentarem o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, já deixando claro que a  
68 menção feita anteriormente na Comissão a respeito do PlanMob, também foi  
69 superficial, foi apenas um esclarecimento sobre a participação da Comissão na  
70 Audiência Pública encomendada pela Câmara de Vereadores a respeito do tema.  
71 Então, pediu que a apresentação fosse iniciada, tanto sobre o PlanMob, como  
72 também conduzirem ao conhecimento da Comissão, em como se vai trabalhar a  
73 respeito do Plano Municipal de Transporte Público Coletivo. A Sra. Aline explicou que  
74 após discussões de qual seria o conteúdo a ser apresentado, fez uma geral de tudo o  
75 que tem no Plano e a apresentação a seguir foi a primeira versão feita e, como o  
76 Plano Municipal de Transportes possui um prazo de elaboração que, oficialmente,  
77 termina em trinta de dezembro, a opção foi dar um foco maior na questão do  
78 transporte público coletivo, porém em uma outra oportunidade pode ser feita uma  
79 apresentação geral do Plano, apresentar o plano nas passagens de pedestres, passar  
80 a questão das diretrizes dentre outros itens. A apresentação contém muitos  
81 assuntos, mas falará somente as principais questões relacionadas ao transporte  
82 público e deixou seu email à disposição, se os conselheiros tivessem dúvidas.  
83 Iniciada a apresentação, contendo 29 slides, que segue anexa a esta Ata, em arquivo  
84 pdf. Finalizada a apresentação, o Sr. Rafael comentou sobre a questão da atuação da  
85 Comissão, e que já houve uma experiência anterior em auxiliar na elaboração de  
86 políticas, uma vez que o Regimento Interno da CMTS prevê duas possibilidades: o  
87 Comitê temático, que é restrito a temas pré-fixados, como também o grupo  
88 temporário de trabalho, que é instituído pelo plenário, para constituir grupos, com no  
89 mínimo de duas e máximo de dez pessoas, para estudar questões que não estão  
90 elencadas no rol dos comitês temáticos, onde este assunto não está elencado. O  
91 tempo mínimo é um dia e tempo máximo de seis meses, e este grupo de trabalho  
92 tem um líder escolhido dentre os eleitos para compor o mesmo grupo. A composição  
93 do grupo temporário de trabalho é feita pelo plenário. O Sr. Rafael achou  
94 interessante, até mesmo para avançar nesta questão, com agilidade e assertividade e  
95 propôs constituir o grupo temporário de trabalho, para apresentar uma minuta de  
96 Plano Municipal de Transporte Público Coletivo, agindo em parceria e colaboração

97 com a CET-Santos. O Sr. Rafael abriu a palavra aos conselheiros para considerações.  
98 A Sra. Alcione gostou da apresentação e disse ser possível a implementação dos  
99 itens colocados. A Sra. Patrícia comentou que existe um convênio da CET com a  
100 Prefeitura, onde a CET possui algumas atribuições e presta contas mensalmente. Na  
101 questão colocada na apresentação das bicicletas compartilhadas, e hoje no município  
102 de Santos, existem algumas particularidades que já ocorrem. Citou o Bike Santos  
103 com custo zero para o Município, com um contrato de 37 estações, e possui uma  
104 parceria com a Unimed. A Sra. Patrícia fiscaliza o contrato, monitora a questão da  
105 movimentação de área das estações. Comentou que antes da pandemia, tinha uma  
106 média de 1.500 a 2.000 viagens e, hoje, estão em torno de 1.000 a 1.200, mas a  
107 CET continua acompanhando. E explicou que estas estações quando foram  
108 implantadas na cidade, foi verificada toda a questão envolvendo as ciclovias e houve  
109 um estudo técnico detalhado não só visualizando a praia, como também a Zona  
110 Noroeste. E a preocupação da CET em relação à segurança do ciclista, foi sendo  
111 aprimorada, a medida em que as ciclovias foram sendo concluídas. Comentou sobre  
112 a questão do Morro, que precisa ser aprimorada, mas o serviço da CET vai ocorrendo  
113 de forma que a estrutura, a segurança e a demanda vão se formando. Saliou que  
114 as estações ficam próximas a Pólos Geradores, como Universidades. E hoje tem um  
115 contrato em vigor, por um ano, com 37 estações. E como técnica não poderia  
116 informar que em seis meses implantaria mais 10 estações, pois existe toda uma  
117 questão técnica e jurídica envolvendo o assunto. Na questão do serviço de táxi,  
118 também foi colocado que precisa verificar pontos e, atualmente, conta com 1.161  
119 táxis e, em média, possui aproximadamente 800 vagas. Em Santos, as vagas não são  
120 fixas e conforme vão surgindo os pólos geradores, a CET cria novos pontos, baseada  
121 em um estudo e avaliando a demanda, porque um ponto criado acaba tirando a vaga  
122 dos demais usuários da via. Assim, a Sra. Patrícia concluiu que tem muita  
123 responsabilidade do técnico na criação, como também na desativação quando se  
124 depara com um ponto que não é usado. Foi colocado o tópico na apresentação e é  
125 interessante estudar cada tópico, porém o técnico já faz o serviço tendo um  
126 direcionamento do Município para situações onde não há como fazer alterações em  
127 curto prazo. E complementou que foi apresentado para colocar pontos para o  
128 transporte privativo por aplicativo, mas Santos ainda não tem uma regulamentação

129 para esta atividade. Os táxis pagam imposto sobre as vagas na via pública. Então se  
130 cria o ponto de táxi, porém o taxista é tributado sobre isso, paga um imposto,  
131 inclusive da vaga. Quanto ao serviço de transporte por aplicativo, até por não ser  
132 regulamentado, é complicado para o técnico criar uma vaga para este motorista.  
133 Explicou que dentre todos os tópicos apresentados, na realidade do Município, alguns  
134 itens podem ser implementados agora, porém outros, somente em momento futuro.  
135 A Sra. Patrícia explicou sua preocupação nos itens citados. O Sr. Rafael comentou  
136 que em uma época passada, ouviram na Comissão alguns relatos de vandalização de  
137 lugares onde estavam instaladas as estações do Bike Santos. Então, este estudo de  
138 onde é colocado, muitas vezes é empírico, pois em vários lugares onde já foi  
139 implantado o Bike Santos houve um problema de vandalização tão grande, que o  
140 Sistema foi obrigado a retirar o equipamento destes locais e que este motivo deveria  
141 ser levado em consideração. A Sra. Renata explicou que o Plano informa, no início da  
142 apresentação, as ações que são de curto, de médio e longo prazo. Porque é sabido  
143 que alguns itens, não poderiam ser implantados em curto prazo. E ressaltou que não  
144 são as ações que tem que estar prontas em um ano, mas sim o Plano. E o Plano dirá  
145 quais serão as ações que entrarão a curto, médio e longo prazo. E complementou  
146 que a idéia do plano é compilar os dados. Citou o exemplo da Bike Santos, com as  
147 37 estações e que a colaboração da Prefeitura, certamente, é no sentido de ajudar a  
148 mapear onde são as 37 estações e espacializar. E a partir daí, poder cruzar, por  
149 exemplo, com o mapa de vulnerabilidade social. Porque cruzando os dados, obterá a  
150 informação de onde se tem a carência da demanda, como das áreas mais vulneráveis  
151 no ponto de vista da segurança. A Sra. Renata salientou que o final do Plano é  
152 espacializar tudo, recolher todas as informações e juntá-las para facilitar o trabalho.  
153 A partir desse mapeamento é que as ações serão planejadas. Porque no momento  
154 em que se espacializar as informações, programá-las será mais fácil. E que a maioria  
155 das ações do Plano são a médios e longos prazos e sempre em constante mudança,  
156 porque a cidade é muito dinâmica e a pandemia foi o maior exemplo do quanto às  
157 pessoas estão vulneráveis. O Sr. Rafael comentou que percebeu pela apresentação  
158 do PlanMob, que este Plano exigiu uma série de estudos, alguns em seis meses,  
159 alguns em um ano. Perguntou se estes estudos foram entregues e quais foram  
160 finalizados, ou não. A Sra. Renata explicou que estudo finalizado, não há. Respondeu

161 que todos os estudos estão começando. E ressaltou que o único plano mais  
162 adiantado para encaminhamento é o Plano de Passagens de Pedestres, onde se  
163 pretende publicar já em dezembro próximo, que visa a passagem para pedestres, em  
164 locais com quadras muito longas, para não ter o fluxo interrompido. Muitos prazos  
165 não vieram nem das audiências, nem das oficinas. Vieram por meio das Emendas  
166 Legislativas. A Sra. Aline complementou o comentário da Sra. Patrícia de que todas  
167 as informações de que ela venha a obter a partir da própria fiscalização e da  
168 regulamentação dos serviços serão de muita utilidade. Porque antes de fazer o Plano,  
169 precisa ser feito um diagnóstico com mapeamento e apontar a situação existente e o  
170 que pode melhorar, para definir as metas e classificar como curto, médio ou longo  
171 prazo. E salientou, na questão da regulamentação do transporte por aplicativo, é que  
172 existe previsão para ser feito. E quanto ao táxi, existe uma diretriz, que é a de ponto  
173 de táxi compartilhado por transporte por aplicativo, que é específica para os morros,  
174 como também a de bicicletas compartilhadas. Porém, como existe a questão da  
175 geografia acidentada, as bicicletas preferencialmente tinham que ser motorizadas,  
176 porque a bicicleta comum não funcionaria. E no PlanMob também estão previstas  
177 outras ações nos morros que vão ao encontro para facilitar a questão da circulação  
178 de bicicletas, que são as adequações nas escadarias, com prazo para execução, já  
179 que foi um item que entrou no PDR – Participação Direta nos Resultados deste ano,  
180 mas como houve a pandemia, não foi possível fazer o levantamento, então o  
181 cumprimento ficará para depois. E existe a previsão do levantamento das escadarias  
182 para avaliar o que pode ser melhorado e elaborar uma proposta quanto à questão da  
183 drenagem, circulação e acessibilidade. A Sra. Aline disse que tanto a questão das  
184 bicicletas compartilhadas, como a questão do táxi foi específica para os morros,  
185 porque nas oficinas, estas questões das escadarias e acessibilidade foram muito  
186 debatidas e citou o Uber alternativo já existente lá, comentado em outra reunião,  
187 feito pela própria comunidade, já que o transporte público não entra, os motoristas  
188 por aplicativo se negam a atender. Concluiu que a citação acima foi apenas para  
189 explicar o porquê destes dois itens terem sido feitos, específicos para todos os  
190 morros. O Sr. Roberto comentou que no Plano falta uma política de desestimulação  
191 do uso do transporte individual e disse isso com toda a propriedade em termos de  
192 transporte público ou privado. Citou uma denúncia feita por uma Comissão de leis de

193 trânsito para o Ministério Público, para a CET e para a Polícia Militar, exatamente por  
194 conta da utilização destes veículos particulares fazendo linhas de ônibus. E explicou  
195 que diante de toda a apresentação feita neste assunto, existe um transporte público  
196 regulamentado. Salientou que a idéia do táxi compartilhado é muito interessante e  
197 seria muito bom para atender a população dos morros, mas entende que este Plano  
198 de Mobilidade precisa desestimular o uso do transporte individual, para não cair  
199 neste ciclo vicioso comentado e que se o preço da passagem continuar alto, a  
200 população certamente vai preferir o transporte individual. A Sra. Alcione concorda  
201 que nos locais onde os ônibus do transporte coletivo não conseguem circular nos  
202 morros, o táxi compartilhado seria uma ótima opção e muito mais viável, por conta  
203 da renda dos moradores locais. A Sra. Aline comentou que antes de se implantar  
204 ações, o diagnóstico precisa ser feito e o entendimento acerca do assunto foi esse, a  
205 partir das informações que os moradores passaram. E concluiu que a intenção  
206 principal seria justamente a de que o deslocamento na cidade fosse feito a pé, de  
207 bicicleta ou de transporte público. E que o transporte individual motorizado, que  
208 seriam os aplicativos, entrariam em último caso. E que as áreas podem ser atendidas  
209 melhorando a questão do itinerário de vans, ou de alguma outra forma que dê para  
210 usar o transporte público coletivo, mas precisa ser feito um diagnóstico. O Sr. Rafael  
211 perguntou se as informações foram obtidas nas conferências. A Sra. Aline confirmou  
212 e disse que foram feitas oficinas, sendo uma por cada região. Sendo uma na Zona  
213 Noroeste, uma nos Morros, uma na Zona Leste, uma no Centro e uma na Área  
214 Continental e, posteriormente, as audiências. A Sra. Aline ressaltou que a grande  
215 parte das propostas da população estão colocadas no PlanMob e, no site da  
216 Prefeitura, na parte de Mobilidade Urbana, consta a minuta com todas as  
217 considerações recebidas e como entrou na Lei e os itens que não entraram na lei  
218 estão descritos os motivos e qual a justificativa técnica. A Sra. Fabiana comentou que  
219 todas as informações importantes foram colocadas, a respeito do transporte  
220 rodoviário de passageiros e como seu foco era no transporte rodoviário de cargas,  
221 não tinha nada a mais para acrescentar. A Sra. Alcione questionou como seria feito o  
222 Grupo de Estudos e como seriam as reuniões. O Sr. Murilo explicou, sem querer  
223 atrapalhar os trabalhos da Comissão, que as pessoas da Prefeitura, sendo SEDURB e  
224 CET (na parte de planejamento, projetos e transporte) tem que trocar as

225 informações entre si, criar um grupo de trabalho interno e, ao mesmo tempo, alguns  
226 deste grupo participar do grupo de estudos proposto pelo Sr. Rafael. Frisou a  
227 importância do trabalho realizado no PlanMob pela SEDURB, principalmente voltado  
228 para a área peatonal, com contribuições da CET, na parte de transportes públicos.  
229 Explicou que Santos tem algumas peculiaridades, que diferem totalmente de outras  
230 cidades do Brasil. Falou sobre a importância de se encontrar outras formas de  
231 subsidiar o valor da tarifa, como talvez explorar um pouco mais a publicidade,  
232 verificar os impostos sobre combustíveis e que tem muitos itens para discutir a  
233 respeito, para planejar e que a experiência obtida no Plano de Mobilidade será muito  
234 útil para ajudar a construir o Plano Municipal de Transportes Públicos. O Sr. Rafael  
235 informou que será feito um grupo temporário de trabalho, com tempo de duração de  
236 três meses, finalizando em Janeiro de 2021. O Sr. Murilo lembrou que  
237 provavelmente ocorrerão alguns embates, em meados ou final de janeiro, por conta  
238 do cálculo da tarifa e Defensoria Pública e a equipe CET ficará focada neste tema,  
239 principalmente com a pandemia e a permissionária reclamando que perdeu receita e  
240 sugeriu que o Sr. Rafael aumentasse o prazo do Grupo Temporário para Fevereiro. O  
241 Sr. Rafael informou, então, que o prazo seria até 22 de fevereiro, com número  
242 máximo de 10 pessoas. O grupo ficou formado a princípio por: Rafael Santos de  
243 Paula, Murilo Amado Barletta, Aline Cristina da Cunha Silva, Renata Seoufi Fagundes  
244 dos Santos, Alcione de Araújo Simões e Roberto de Faria, fazendo uma ou duas  
245 reuniões, resultando em tarefas delegadas e voltando a debater com o Plenário as  
246 propostas a serem discutidas amplamente, para levar à apreciação do Sr. Prefeito por  
247 meio de ofício, como de praxe. O Sr. Murilo informou que iria conversar com o Sr.  
248 Rogerio Vilani para estipular os representantes, uma vez que não são conselheiros da  
249 CMTS, para compor este grupo temporário. O Sr. Rafael explicou que entre os eleitos  
250 para compor o grupo de trabalho há necessidade de eleger um líder e sugeriu a Sra.  
251 Aline que está totalmente comprometida nesta questão. Todos a favor, a Sra. Aline  
252 como líder do grupo e o Sr. Rafael estará montando um grupo no *whatsapp*, para  
253 facilitar os trabalhos. O Sr. Rafael iniciou o último item de pauta com os Informes,  
254 moções e assuntos gerais. O Sr. Roberto comentou sobre um assunto citado na  
255 última reunião sobre os módulos das vans. Explicou que pelo fato das vans não  
256 aceitarem o cartão mobilidade, o passageiro que é obrigado a pagar em dinheiro, é

257 estimulado e opta por escolher o transporte individual privado e quer, com a máxima  
258 rapidez, que esta questão seja resolvida e cobrou uma resposta do Sr. Murilo. O Sr.  
259 Murilo informou que ainda não tem a resposta e conversou com o Sr. Sandro, Sr.  
260 Wellington e mais alguns perueiros, que fizeram algumas cobranças e estão  
261 buscando algumas respostas. O Sr. Roberto explicou que não precisa trocar o  
262 módulo, bastando só trocar o software porque o módulo aceita a alteração e não  
263 está tão difícil resolver. O Sr. Murilo respondeu que reclamaram que o equipamento é  
264 muito velho e precisa ser trocado e que o software também é antigo, acarretando  
265 problemas. Disse que as tratativas estão sendo feitas, mas ainda não tem uma  
266 resposta. O Sr. Murilo convidou todos para uma visita na nova Rodoviária de Santos,  
267 toda repaginada, com retrofit, modernizada, maior segurança e muito mais conforto.  
268 O Sr. Rafael comentou que assim que a situação voltar à normalidade, a próxima  
269 visita técnica será para a nova Rodoviária de Santos. A Sra. Alcione comentou que  
270 recebeu uma reclamação dos idosos que freqüentam o Shopping Praiamar, de que o  
271 semáforo para pedestres que fica em frente ao INSS, não está funcionando  
272 corretamente. O Sr. Murilo pediu que a Sra. Fabiana anotasse a solicitação e  
273 encaminhasse para a equipe de Sinalização da CET. Sem outras manifestações e  
274 nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos, dando  
275 por encerrada a reunião às 18h35. Eu, Heloísa Helena Hernandez Quintana  
276 \_\_\_\_\_, lavrei a presente Ata, que foi assinada  
277 por mim, bem como pelos presentes.

278

279 Participantes:

280

281

282 Rafael Santos de Paula (CMJ) – Presidente

283

284

285 Murilo Amado Barletta (CET) – Vice-Presidente

286

287

288 Alcione de Araújo Simões (CONDEFI)

289

290

291 Alfredo de Deus Camaño (SESCON)

292

293

294 Aline Cristina da Cunha Silva (SEDURB)

295

296

297 Cristiane Zamari Diogo (SEDS)

298

299

300 Luzia Helena Antonio Bento Bergamo (SEDUC)

301

302

303 Patrícia Azevedo Santos Nascimento (CET)

304

305

306 Roberto de Faria (OAB)

307

308